



Simulado Final

TRT RN

Analista Judiciário - Área Judiciária
e Oficial de Justiça Avaliador

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TRT RN – Analista Judiciário – Área Judiciária e Oficial de Justiça Avaliador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TRT RN – Analista Judiciário – Área Judiciária e Oficial de Justiça Avaliador;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TRT-RN-09-12>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabício Dutra***TEXTO**

A licença maternidade em 2023 continua sendo um aspecto crucial das políticas de trabalho e bem-estar social em diversos países. Essa licença é um período concedido às mães após o parto ou adoção, para cuidar de seus filhos recém-nascidos ou recém-adotados. A duração e os benefícios da licença maternidade variam significativamente entre diferentes nações e contextos culturais.

Em muitos países desenvolvidos, as leis de licença maternidade foram ampliadas ao longo dos anos para oferecer maior suporte às famílias. Isso geralmente inclui a garantia de um período de ausência remunerada do trabalho, que pode variar de algumas semanas a vários meses. Em alguns casos, a licença maternidade também pode ser acompanhada de benefícios como a proteção do emprego, onde a mãe tem o direito de retornar ao mesmo cargo ou a um equivalente após o término da licença.

Além disso, há uma tendência crescente em 2023 para a inclusão da licença paternidade nas políticas de licença parental, reconhecendo o papel vital dos pais no cuidado e desenvolvimento inicial das crianças. A licença paternidade pode ser um período separado ou parte de um sistema mais flexível de licença parental, em que os pais podem compartilhar o tempo de ausência para cuidar de seus filhos.

No entanto, ainda existem grandes disparidades globais em termos de licença maternidade. Em alguns países em desenvolvimento, a licença maternidade pode ser inexistente ou muito limitada, tanto em duração quanto em remuneração. Isso muitas vezes leva a desafios significativos para as mães trabalhadoras, que precisam equilibrar as demandas de seus empregos com as necessidades de seus filhos recém-nascidos.

Em 2023, também há um foco crescente na importância do suporte ao retorno ao trabalho após a licença maternidade. Isso inclui medidas como horários de trabalho flexíveis, oportunidades de trabalho remoto e suporte para amamentação no local de trabalho. Essas iniciativas visam facilitar uma transição mais suave para as mães que retornam ao trabalho, ao mesmo tempo em que cuidam de seus filhos.

Resumindo, a licença maternidade em 2023 reflete uma mistura de avanços progressivos e desafios contínuos. Enquanto alguns países oferecem sistemas robustos e inclusivos de licença parental, outros ainda lutam para proporcionar apoio básico às mães trabalhadoras. A evolução contínua dessas políticas é fundamental para apoiar as famílias e promover a igualdade de gênero no local de trabalho.

01. Em muitos países desenvolvidos, as leis de licença maternidade foram ampliadas ao longo dos anos para oferecer maior suporte às famílias.

Transpondo-se o verbo acima para a voz passiva, com manutenção da correção gramatical e do sentido, ter-se-ia:

- a) ampliou
- b) ampliam
- c) ampliaram
- d) ampliaram-se
- e) tinham ampliado

02. a licença maternidade em 2023 reflete uma mistura de avanços progressivos e desafios contínuos.

Substituindo-se a expressão sublinhada acima, teríamos o seguinte emprego correto:

- a) lhe reflete
- b) as reflete
- c) reflete-a
- d) reflete-lhe
- e) lhes reflete

03. Em 2023, também há um foco crescente na importância do suporte ao retorno ao trabalho após a licença maternidade. Se o verbo 'há' fosse substituído por um equivalente o termo 'foco' fosse flexionado no plural, teríamos, com manutenção de sentido:

- a) haviam
- b) existe
- c) existiam
- d) existem
- e) ocorrem

04. No entanto, ainda existem grandes disparidades globais em termos de licença maternidade.

Sobre o trecho acima, presente no quarto parágrafo, assinale a alternativa que poderia substituir o elemento sublinhado acima:

- a) Ainda assim
- b) Inobstante
- c) Com isso
- d) Apesar de
- e) Mas

05. Sobre o texto acima, é incorreto afirmar que:

- a) Em 2023, a licença maternidade continua sendo um direito fundamental, com duração e benefícios variando significativamente entre diferentes países. Países desenvolvidos tendem a oferecer períodos mais longos de ausência remunerada, enquanto em alguns países em desenvolvimento, essa licença é limitada ou inexistente.
- b) Há uma tendência crescente para reconhecer a importância da licença paternidade, permitindo que pais participem mais ativamente no cuidado dos filhos. Alguns sistemas permitem uma divisão flexível da licença parental entre mães e pais.
- c) Poucos países desenvolvidos garantem proteção do emprego durante a licença maternidade, permitindo que as mães retornem ao mesmo cargo ou a um equivalente após o término da licença.

d) Em várias nações em desenvolvimento, a falta de uma política robusta de licença maternidade coloca desafios significativos para as mães trabalhadoras, que precisam conciliar as demandas do trabalho com o cuidado dos filhos.

e) Em 2023, observa-se um foco no suporte ao retorno das mães ao trabalho, incluindo horários flexíveis, oportunidades de trabalho remoto e facilidades para amamentação no local de trabalho, visando uma transição mais suave para as mães após a licença.

06. A licença paternidade pode ser um período separado ou parte de um sistema mais flexível de licença parental, em que os pais podem compartilhar o tempo de ausência para cuidar de seus filhos.

O termo sublinhado acima só não pode fazer referência a:

- a) licença paternidade
- b) período
- c) sistema
- d) licença
- e) parte

07. Em alguns países em desenvolvimento, a licença maternidade pode ser inexistente ou muito limitada, tanto em duração quanto em remuneração.

As expressões destacadas acima apresentam valor de:

- a) comparação
- b) consequência
- c) adição
- d) causa
- e) tempo

08. Enquanto alguns países oferecem sistemas robustos e inclusivos de licença parental.

É sinônimo do termo acima:

- a) essenciais
- b) desenvolvidos
- c) cruciais
- d) importantes
- e) melhorados

09. Assinale a opção que apresenta incorreção gramatical:

- a) O livro sobre o qual falamos é muito interessante.
- b) A escola para onde ele vai estudar é bem conceituada.
- c) A pessoa com quem você falou é meu melhor amigo.
- d) O lugar pelo qual passamos durante a viagem era deslumbrante.
- e) A rua da qual caminhamos estava cheia de árvores.

10. Assinale a opção correta no que tange à pontuação.

- a) A tecnologia revolucionou o mercado de ações ao possibilitar transações instantâneas e acesso em tempo real, às informações financeiras, proporcionando maior agilidade e eficiência nas operações.
- b) As plataformas de negociação online e os softwares avançados de análise tornaram mais acessível, o mercado de ações, permitindo que investidores individuais participem e tomem decisões informadas.
- c) Os algoritmos e sistemas de inteligência artificial aplicados no mercado de ações ajudam a identificar, padrões e tendências, otimizando estratégias de investimento e gerenciamento de riscos.
- d) A tecnologia facilitou a comunicação entre investidores, analistas e empresas, possibilitando

uma troca de informações mais rápida e precisa, fundamental para a tomada de decisões conscientes no mercado financeiro.

- e) A automação e digitalização de processos no mercado de ações reduziram custos operacionais, democratizando o acesso aos investimentos e promovendo, uma maior diversificação de carteiras.

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

11. Joana, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco, por falta de acessibilidade. Maria, deficiente física, usa cadeiras de roda e não consegue acessar um supermercado, pois falta elevador e rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

12. As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência. Julgue as assertivas com base na Lei 7.853/1989:

I - Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias e estas deverão ser fornecidas dentro de 15 dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

II - Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

III - O Ministério Público intervirá facultativamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III
- d) I
- e) I, II e III

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

13. Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa incorreta.

- a) No âmbito da Resolução CNJ nº 400/2021, as ações de sustentabilidade são práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário, da comunidade local e da sociedade como um todo.
- b) Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) devem ser avaliados pela Comissão Gestora, pelo menos uma vez ao ano.
- c) Nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores no quadro de pessoal, deve ser observada a lotação mínima na unidade de sustentabilidade de três servidores.
- d) O controle de emissão de dióxido de carbono dar-se-á pelo uso de fontes de energia fóssil e de alternativas à utilização de combustível renovável e pela realização de campanhas de plantio de árvores, contra o desmatamento e as queimadas nas florestas.
- e) A coleta seletiva solidária é a coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

- 14.** Em relação à política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário preconizada pela Resolução CNJ nº 400/2021, assinale a alternativa correta.
- a) A unidade de sustentabilidade deve ter caráter transitório para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.
 - b) Os resultados alcançados pelo órgão, referentes aos indicadores constantes do Anexo da Resolução devem ser inseridos no PLS-Jud, obedecidos os seguintes prazos: i) para os dados mensais, até o dia 30 do mês subsequente ao mês-base; e ii) para os dados anuais até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente ao ano-base.
 - c) O STF disponibilizará modelo de PLS que poderá ser utilizado pelos órgãos do Poder Judiciário.
 - d) A Comissão Gestora do PLS deverá ser presidida pelo(a) Presidente(a) do órgão do Poder Judiciário e composta por, no mínimo, 5 (cinco) servidores(as) titulares de unidade, abrangendo, as áreas de gestão estratégica, sustentabilidade e compras ou aquisições.
 - e) A unidade de sustentabilidade deve ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
- 16.** Sobre a Agenda do Google, marque a alternativa correta:
- a) Permite o download de arquivos existentes no drive
 - b) Ao ser acessada já exibe a data atual marcada e as respectivas tarefas existentes
 - c) Possibilita a integração com chamadas de vídeo on-line
 - d) Permite que o usuário corrente acesse a agenda de todos os usuários do computador.
 - e) Permite a manipulação de compromissos de todos os seus subordinados.
- 17.** Sobre o Google Drive
- a) É a ferramenta de disponibilização e compartilhamento de arquivos na nuvem da Google.
 - b) Não permite o compartilhamento de arquivos com e-mails que não sejam do gmail.
 - c) Foi incorporada pela Microsoft nas novas versões do Windows 11.
 - d) Só disponibiliza as funcionalidades de compartilhamento de arquivos para as contas de assinantes e não para as contas gratuitas.
 - e) Não permite o upload de arquivos de vídeo.

NOÇÕES DE GOOGLE WORKSPACE

Emannuelle Gouveia

- 15.** Com o Google Meet não é possível:
- a) Realizar reuniões on-line
 - b) Bloquear o microfone de participantes
 - c) Utilizar o recurso de chat
 - d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
 - e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

CÓDIGO DE ÉTICA E REGIMENTO DO TRT 21*Tiago Zanolla*

18. No TRT, a Comissão de Ética recebeu uma denúncia escrita e fundamentada contra um servidor por suposta infração de Ética. O processo de apuração foi instaurado e, após a conclusão, a Comissão precisou decidir sobre a aplicação da penalidade. Com base no Código de Ética, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) A Comissão de Ética não pode encaminhar a denúncia à Presidência do Tribunal para instaurar o processo de apuração.
- b) Se a conclusão for pela existência de falta ética, a penalidade de censura não pode ser aplicada concomitantemente com outra penalidade disciplinar.
- c) A penalidade de censura ética será publicada no Boletim Interno imediatamente após a decisão da Comissão.
- d) Se a decisão for pela inexistência de falta ética, a Comissão não tem autoridade para providenciar o arquivamento do processo.
- e) Se a conclusão for pela existência de falta ética, os autos serão encaminhados à Comissão para a aplicação da penalidade de censura.

19. No Tribunal, houve uma situação onde dois Desembargadores eram parentes consanguíneos e ambos participavam de um julgamento. Além disso, um dos Desembargadores estava organizando a composição de seu gabinete. Com base no Regimento Interno, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) Dois ou mais Magistrados do Tribunal que sejam parentes até o terceiro grau podem participar juntos no mesmo julgamento.
- b) A composição dos gabinetes dos Desembargadores é determinada exclusivamente pelos Conselhos Superiores, sem a indicação do Desembargador.
- c) Os Desembargadores não têm autoridade para requisitar servidores de outros órgãos do Poder Público.

d) O controle de frequência dos servidores vinculados ao gabinete do Desembargador é exercido pela Presidência do Tribunal.

e) Os servidores do gabinete de um Desembargador podem trabalhar de forma remota, a critério do Desembargador, observadas as normas específicas relativas ao teletrabalho fixadas pelo Tribunal e Conselhos Superiores.

20. Com base no Regimento Interno, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) O Tribunal Pleno funciona exclusivamente com seus Desembargadores em exercício, sem a possibilidade de convocação de Juízes Titulares de Varas.
- b) O quórum mínimo de funcionamento do Tribunal Pleno é de um terço de sua composição, incluído o Presidente.
- c) Nas decisões do Tribunal Pleno, o voto da maioria dos Magistrados presentes e aptos a votar não é suficiente para a tomada de decisões, exceto em casos especiais.
- d) Nas sessões de julgamento, o Presidente votará em último lugar em todas as matérias, incluindo as administrativas e constitucionais.
- e) Nas sessões de julgamento do Tribunal Pleno, o Presidente votará em primeiro lugar nas matérias administrativas e constitucionais e proferirá voto de qualidade em matéria administrativa.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Thállius Moraes

21. A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No critério subjetivo, entende-se por administração pública a designação da própria função administrativa exercida pelo Poder Executivo.
- b) A administração pública indireta inclui a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) As entidades integrantes da administração pública indireta possuem autonomia política, administrativa e financeira, além de possuírem capacidade processual e patrimônio próprio.
- d) Empresas públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criadas por meio de autorização legislativa, para prestar serviço público ou explorar atividade econômica.
- e) A criação de fundações públicas de direito público ocorre por criação autorizada por lei, sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.

22. Sebastião, diretor do Cartório da 2ª Vara do Trabalho de determinada Comarca, com a finalidade de distribuir e ordenar serviço interno da repartição, editou uma ordem de serviço e realizou a divisão de tarefas entre os setores. Considerando o caso hipotético, o ato praticado por Caio decorre do

- a) poder de polícia, o qual permite organizar as rotinas administrativas necessárias para a realização de investigação criminal.
- b) poder disciplinar, o qual permite editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de seus agentes.
- c) poder regulamentar, o qual permite a estruturação interna da atividade policial.

d) poder disciplinar, o qual permite inovar o ordenamento jurídico no âmbito de sua circunscrição.

e) poder hierárquico, o qual permite editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de seus agentes.

23. Francisco, Analista de um Tribunal Regional do Trabalho, pretende o deslocamento no âmbito do quadro de sua carreira, com mudança de sede, para acompanhar sua esposa, servidora pública estadual, que foi deslocada por interesse da Administração Pública.

Nessa situação hipotética, nos termos da Lei 8.112/90, para acompanhar sua esposa, Francisco deverá

- a) pedir remoção, pleito que independe do interesse da Administração Pública.
- b) pedir remoção, pleito que estará a critério da Administração Pública.
- c) pedir a redistribuição do cargo, pleito que independe do interesse da Administração Pública.
- d) aguardar concurso de redistribuição para localidade pretendida, e nele ser aprovado.
- e) ser removido de ofício, de forma a acompanhar a sua esposa que foi deslocada no interesse da Administração.

24. Considerando as disposições doutrinárias acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- b) O atributo da imperatividade dos atos administrativos reflete a possibilidade de que todos os atos administrativos sejam impostos perante terceiros, independentemente de sua vontade.
- c) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- d) Por motivo de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os direitos adquiridos, o Poder Judiciário poderá revogar os atos praticados pela Administração.
- e) A revogação de um ato administrativo opera efeitos *ex tunc*.

25. João e Antônio, no exercício das funções que desempenham no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, praticaram um ato que gerou dano ao patrimônio do Tribunal. João é Analista Judiciário do Tribunal e Antônio é estagiário desse órgão. Levando em conta a situação narrada e as disposições da Lei 8.429/92,

- a) apenas João poderá ser responsabilizado pelo ato de improbidade, uma vez que Antônio é apenas estagiário e não possui vínculo com o Tribunal.
- b) ambos poderão ser responsabilizados, bastando a voluntariedade da conduta causadora do prejuízo.
- c) eles poderão ser responsabilizados apenas administrativamente pela sua conduta, além do dever de ressarcir o prejuízo causado.
- d) ambos são considerados sujeitos ativos próprios do ato de improbidade.
- e) ambos poderão ser responsabilizados, João por ser servidor e Antônio por ser um particular que concorreu para a prática do ato.

26. A Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das licitações no âmbito da Administração Direta, autárquica e fundacional, estabelece que

- a) a vedação ao sigilo do procedimento de licitação é obrigatória, sendo todos os atos praticados essencialmente públicos, salvo decisão judicial.
- b) as contratações integradas prescindem da elaboração de projeto básico, podendo ser licitadas e contratadas somente com projeto executivo.
- c) a aquisição de artigos de luxo somente pode ser feita nas hipóteses em que o cronograma de entrega seja mais eficiente que no caso de artigos comuns.
- d) a fase preparatória ou de planejamento da licitação demanda, além da necessidade de motivação da contratação, análise dos riscos que eventualmente possam comprometer o sucesso do certame.
- e) dos atos da Administração decorrentes da aplicação dessa lei cabe recurso, no prazo de 5 dias úteis, contado da data de intimação, em face de anulação ou revogação da licitação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

- 28.** Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:
- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
 - b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
 - c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
 - d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
 - e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.
- 29.** De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual das seguintes situações NÃO concede a nacionalidade brasileira?
- a) Filhos de pais brasileiros, nascidos no exterior, desde que um dos pais esteja a serviço do Brasil.
 - b) Indivíduos nascidos no Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
 - c) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
 - d) Cônjuges estrangeiros de brasileiro, desde que estejam casados há mais de 5 anos e tenham residência fixa no Brasil.
 - e) Filhos de brasileiros nascidos no exterior, desde que sejam registrados em repartição consular brasileira competente.
- 30.** De acordo com a Constituição Federal brasileira, qual dos seguintes princípios NÃO está entre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil?
- a) Soberania.
 - b) Dignidade da pessoa humana.
 - c) Prevalência dos direitos humanos.
 - d) Pluralismo político.
 - e) Solidariedade internacional.
- 31.** O artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece uma série de direitos e garantias fundamentais. Contudo, não se trata de rol taxativo, existindo direitos fundamentais em todo o corpo do texto constitucional. Dentre os direitos mencionados abaixo, qual deles NÃO consta no artigo 5º da CF?
- a) Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
 - b) Direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
 - c) Direito à proteção às expressões culturais indígenas e afro-brasileiras.
 - d) Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - e) Direito à gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.
- 32.** O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro processou e julgou, originariamente, *habeas corpus*, tendo sido a decisão denegatória. O impetrante, caso não concorde com a decisão prolatada, poderá manejar recurso
- a) ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
 - b) especial ao Superior Tribunal de Justiça.
 - c) ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
 - d) extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
 - e) especial ao Supremo Tribunal Federal.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

33. Em relação a jornada especiais de trabalho, julgue os itens abaixo:

- I. A Justiça do Trabalho entende que o trabalhador em atividade de digitação equipara-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 20 minutos, a cada 1h40min de trabalho consecutivo.
- II. O empregado que é submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, mesmo que não labore em câmara frigorífica, tem direito à pausa remunerada de 20 minutos, a cada 1h40min.
- III. No regime de revezamento, caso o empregador conceda corretamente o repouso semanal de 24 horas, ele é dispensado, naquele dia, de conceder o intervalo mínimo de onze horas consecutivas para descanso entre jornadas, já que o empregado já gozou do seu descanso em conformidade com as regras de saúde no trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

34. Examine os itens a seguir em relação aos efeitos da extinção do contrato de trabalho:

- I. Caso o empregado peça demissão sem conceder aviso prévio ao empregador, este não poderá descontar daquele os salários correspondentes ao prazo respectivo, em virtude do princípio da intangibilidade salarial.
- II. O direito ao aviso prévio pelo empregado é irrenunciável, em qualquer hipótese, não se admitindo que o empregador se exima de pagar o respectivo período.

III. Havendo extinção da empresa ou do estabelecimento, o pagamento das indenizações devidas não exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

IV. A ocorrência de qualquer justa causa no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

35. Em relação às alterações contratuais, marque a alternativa correta:

- a) A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, embora assegure ao empregado a manutenção do pagamento da gratificação de função correspondente, na hipótese de resultar de determinação patronal sem justo motivo.
- b) É ilícita a transferência unilateral quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhava o empregado.
- c) Admite-se a alteração para regime de tempo parcial, desde que realizada mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.
- d) Empregado transferido por ato unilateral do empregador para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemente salarial de transferência de no mínimo 25% do salário do empregado.
- e) O empregador pode determinar que o empregado passe a laborar em outro local, desde que tal alteração nunca implique mudança de residência do empregado.

36. Analise as assertivas abaixo a respeito da remuneração dos empregados celetistas:

- I. As gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- II. A reforma trabalhista estabeleceu a inaptidão de os prêmios repercutirem sobre a remuneração do obreiro.
- III. É cabível a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.
- IV. Havendo comprovada discriminação salarial por motivo de sexo, etnia, raça, idade ou origem, o infrator poderá arcar com multa de 5 vezes o novo salário do ofendido, a qual deverá ser paga em favor do empregado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Não respondida.

37. Analise os itens abaixo quanto ao descanso anual remunerado e à prescrição da pretensão dos débitos trabalhistas:

- I. A remuneração das férias do empregado que recebe a base de tarefas deve ser calculada com base na média da produção do próprio período concessivo.
- II. Além da prescrição bienal, no direito do trabalho deve-se respeitar a prescrição quinquenal, sendo que a exigibilidade dos direitos trabalhistas deve observar ambas.
- III. Durante a vigência do contrato de trabalho, a prescrição das férias se inicia após os 12 meses subsequentes à aquisição do direito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.

b) II e III.

c) II.

d) III.

e) I e II.

38. Afrodite é empregada na empresa Mar da Galileia Ltda., recebendo remuneração de R\$ 16 mil por mês. A empresa está reestruturando alguns setores da produção e, buscando ser transparente em sua atuação, alertou aos respectivos empregados sobre a possibilidade de dispensa coletiva.

Supondo que o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 7.507,49, à luz das regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) Afrodite poderá pactuar, por sua iniciativa, cláusula compromissória de arbitragem.
- b) É facultado à Afrodite e seu empregador firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato da categoria, mesmo durante a vigência do contrato de emprego.
- c) Caso a empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical, mas não se exige celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- d) Caso a empresa decida realizar dispensa imotivada coletiva de seus empregados, não haverá necessidade de autorização prévia de entidade sindical, nem se exige celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- e) Caso Afrodite possua nível superior, poderá estipular livremente sua relação contratual com a empresa, em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho e às decisões das autoridades competentes, com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos relativamente à troca do dia de feriado.

39. Caso um empregado celetista seja posteriormente convocado para o serviço militar obrigatório, o tempo de serviço anterior à apresentação
- a) não será computado para fins de férias.
 - b) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
 - c) será incluído no seu período concessivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.
 - d) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 30 dias da baixa.
 - e) será incluído no seu período aquisitivo de férias desde que ele retorne dentro de 90 dias da baixa.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

40. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45 de 2004, considere:
- I. Compete-lhe a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.
 - II. Não lhe compete apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, ainda que se trate de pedido que deriva do contrato de trabalho.
 - III. Compete-lhe processar e julgar ação de interdito proibitório proposta por instituição financeira privada contra o Sindicato dos Trabalhadores da respectiva categoria, por meio da qual se busca garantir o livre acesso de empregados e de clientes à sua agência bancária em decorrência de movimento grevista.
 - IV. Não lhe compete processar e julgar ação ajuizada contra o ex-empregador, pela esposa de empregado que faleceu em decorrência de acidente do trabalho, postulando dano moral ocasionado pela morte do trabalhador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III.

41. No tocante aos honorários periciais e advocatícios no processo do trabalho, considere:

- I. Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar da liquidação de sentença, do proveito econômico obtido ou não, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- II. Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.
- III. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita, hipótese que União responderá pelo encargo.

Tendo em vista as alterações introduzidas na CLT, pela Lei nº 13.467/2017, está correto o que consta em

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e II, apenas.

42. Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

43. Urano ingressou com reclamatória trabalhista pretendendo receber adicional de periculosidade e horas extras em face da empresa que trabalha. Na audiência UNA designada foi requerida a prova técnica pericial e a oitiva de testemunhas por carta precatória. O juiz deferiu apenas a realização da prova pericial, encerrando a instrução processual e designando julgamento. Inconformado, o patrono de Urano pode alegar nulidade processual

- a) em qualquer fase do processo, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de foro.

- b) apenas em grau de recurso, por se tratar de nulidade fundada em incompetência de prerrogativa.
- c) em qualquer momento do processo, quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- d) no prazo de cinco dias após a realização da audiência, por meio de agravo de instrumento.
- e) à primeira vez em que tiver de falar em audiência ou nos autos, em razão do princípio da preclusão.

44. Em relação às audiências no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação e, não se realizando esta, será proferida a decisão.
- b) Se, até 30 minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.
- c) O juiz do trabalho deve manter a ordem nas audiências, mas não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem, pois a sala de audiência é local público.
- d) A audiência de julgamento será contínua, não se admitindo, em nenhum caso, concluí-la em outro dia.
- e) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão apenas na sede do Juízo, em dias úteis previamente fixados, entre 8 e 17 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

45. Sobre as audiências trabalhistas, com base nas normas aplicáveis, é correto afirmar:

- a) A ausência injustificada do reclamante ou de seu advogado à audiência importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.
- b) O reclamante e o reclamado, deverão estar presentes pessoalmente, independentemente do comparecimento de seus advogados, não podendo ser substituídos ou representados neste ato processual.
- c) As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz, não podendo ser reinquiridas a requerimento das partes ou advogados.
- d) O juiz, à hora marcada, declarará aberta a audiência, sendo feita pelo chefe de secretaria ou escrivão a chamada das partes, havendo uma tolerância de até 15 minutos após a hora marcada.
- e) Estas serão públicas e realizar-se-ão em dias úteis, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

46. O artigo 893 da CLT estabelece o cabimento do recurso de revista dentre os recursos em espécie admitidos no processo do trabalho. Com base na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST, conclui-se:

- a) É cabível recurso de revista adesivo no procedimento sumaríssimo, desde que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- b) No procedimento sumaríssimo, a parte recorrente, para admissibilidade do recurso de revista, deverá demonstrar a violação direta a dispositivo da Lei Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Não se admite recurso de revista fundado tão somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida.

d) No procedimento ordinário, é cabível, como regra geral, recurso de revista calcado em divergência jurisprudencial de aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional do Trabalho.

e) A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença, depende de demonstração inequívoca de ofensa direta à lei federal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

47. Considerando o que estabelece o Código de Processo Civil sobre a penhora no processo de execução, é correto afirmar que:

- a) O executado pode, no prazo de 15 (quinze) dias contado da decisão que determinar a penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- b) Recaindo a penhora sobre bem imóvel ou direito real sobre imóvel, será intimado também o cônjuge do executado, ainda que sejam casados em regime de separação absoluta de bens.
- c) Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo e sempre acompanhado do mandado judicial.
- d) A mera substituição de bens inicialmente penhorados não exige a lavratura de novo termo.
- e) Será admitida a redução ou a ampliação da penhora, bem como sua transferência para outros bens, se, no curso do processo, o valor de mercado dos bens penhorados sofrer alteração significativa.

48. José, residente e domiciliado em Natal/RN, ajuizou ação fundada em direito pessoal em desfavor de Maria, residente e domiciliada em São Gonçalo do Amarante/RN. A ação foi ajuizada na Comarca de Nísia Floresta/RN, vez que o advogado de José, Dr. Antônio, ali residia. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) A ação deveria ter sido ajuizada em São Gonçalo do Amarante, domicílio da ré.
- b) Caso queira alegar incompetência, Maria deverá ajuizar uma exceção de incompetência, ação autônoma.
- c) Por se tratar de incompetência absoluta, Maria poderá alegá-la em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.
- d) A ação deveria ter sido ajuizada em Natal/RN, domicílio da parte autora.
- e) Por se tratar de incompetência relativa, Maria poderá alegá-la em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício.

49. Considere as afirmações a seguir sobre as provas no âmbito do Código de Processo Civil:

- I - O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- II - Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária não dependem de prova.
- III - A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- IV - Dados representados por imagem ou som gravados em arquivos eletrônicos não poderão constar da ata notarial.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) II e III.

50. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) A ausência de intimação da decisão que implicou o provimento parcial do recurso interposto pela parte contrária é sempre prejudicial ao recorrido, sendo cabível o manejo de ação rescisória.
- b) A competência para julgamento de ação de indenização por danos morais, decorrente de ofensas proferidas em rede social, é do foro do domicílio da vítima, em razão da ampla divulgação do ato ilícito.
- c) Não é cabível promover a liquidação do título executivo judicial coletivo em foro aleatório, sem nenhuma relação com as comarcas de domicílio dos beneficiários, ainda que se trate do foro de domicílio do substituto processual extraordinário, sob pena de afronta ao princípio do Juiz natural.
- d) A decisão que declara a inexigibilidade parcial da execução é recorrível mediante agravo de instrumento, configurando erro grosseiro a interposição de apelação, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
- e) A prévia expedição de ofício às concessionárias de serviços públicos, para fins de localização do réu, antes de se autorizar a citação por edital, é obrigatória.

51. De acordo com o Código de Processo Civil sobre a ação monitória,

- a) O juiz condenará o réu que de má-fé opuser embargos à ação monitória ao pagamento de multa de até vinte por cento sobre o valor atribuído à causa, em favor do autor.
- b) Havendo dúvida quanto à idoneidade de prova documental apresentada pelo autor, o juiz intimá-lo-á para, querendo, emendar a petição inicial, adaptando-a ao procedimento comum.
- c) Na ação monitória não se admite a citação por edital.
- d) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.
- e) Na ação monitória admite-se a reconvenção, e o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

52. Sobre a comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa que esteja de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) A intimação será feita por oficial de justiça quando frustrada a realização por meio eletrônico ou pelo correio.
- b) O militar em serviço ativo será citado na unidade em que estiver servindo, ainda que conhecida sua residência.
- c) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações e intimações, vedada a realização de penhoras, vez que estas dependem da expedição de carta precatória.
- d) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadas para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo. A multa, nesse caso, reverterá em favor do Estado.
- e) As intimações realizam-se, sempre que possível e como meio preferencial, pelo oficial de justiça.

53. A lei 12.016/2009 disciplina o mandado de segurança individual e coletivo. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- b) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- c) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo de instrumento.
- d) A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- e) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias,

contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

54. Acerca da personalidade e da capacidade, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela civil do nascituro faz concluir que o início da personalidade se dá a partir da concepção.
- b) Pessoa que não consegue expressar sua vontade considera-se absolutamente incapaz.
- c) São relativamente incapazes os viciados em tóxicos.
- d) a emancipação do menor órfão de pai e mãe se obtém por concessão do tutor, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.
- e) A nomeação para emprego público efetivo constitui causa apta para a emancipação.

55. Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) A União é pessoa jurídica de direito público externo.
- b) As disposições do Código Civil concernentes às sociedades aplicam-se subsidiariamente às associações.
- c) Prescreve em 3 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.
- d) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos dentro ou não dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- e) Para efeito de desconsideração da personalidade jurídica, não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

56. Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição extingue a pretensão, ao passo que a decadência extingue a ação.
- b) Aplicam-se à decadência as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- c) Admite-se a renúncia ao prazo decadencial fixado em lei.
- d) Deve o juiz conhecer de ofício da decadência, mas apenas quando estabelecida por lei.
- e) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la até a contestação.

57. Acerca do direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na obrigação de dar, deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, pode o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa, com acréscimo de perdas e danos.
- b) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- d) Havendo dois ou mais devedores, e a prestação for indivisível, cada um será obrigado pela quota relativa à sua fração na coisa comum.
- e) Não perde a qualidade indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

58. Acerca das disposições gerais sobre contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a pessoa presente, não for imediatamente aceita.
- b) Considera-se pessoa ausente a que contrata por telefone ou meio de comunicação semelhante.
- c) Pode-se revogar a oferta ao público por qualquer meio de divulgação.

d) Considera-se válida a aceitação ainda que, antes dela ou com ela, chegue ao proponente a retratação do aceitante.

e) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que for aceito.

59. Acerca do mandato, assinale a alternativa correta.

- a) Procuração e mandato são expressões sinônimas.
- b) Se o mandato for outorgado por instrumento público, o substabelecimento terá de se dar também por instrumento público.
- c) O mandato pode ser verbal ou escrito.
- d) O mandato em termos gerais confere poderes de administração e de alienação.
- e) Pessoa relativamente incapaz não pode ser constituída como mandatária.

60. Acerca do penhor, da hipoteca e da anticrese, assinale a alternativa correta.

- a) Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese.
- b) Não pode o condômino, sem o consentimento dos demais, dar individualmente em garantia real a parte que tiver na coisa comum.
- c) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, se esta compreender vários bens.
- d) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, hipotecário ou anticrético a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- e) Não se admite que o dono de imóvel hipotecado constitua uma segunda hipoteca sobre ele.

Discursiva

No âmago da contemporaneidade, o uso crescente de nootrópicos emerge como um reflexo do paradigma da sociedade do desempenho. O fenômeno revela-se não apenas como uma busca individual por aprimoramento cognitivo, mas como uma manifestação simbólica das expectativas sociais imbuídas na busca incessante por produtividade e excelência. Os nootrópicos, enquanto ferramentas destinadas a maximizar as capacidades mentais, refletem a essência da era moderna, na qual a medida do sucesso e a valoração pessoal são intrinsecamente vinculadas ao rendimento contínuo e à conquista incessante. Nesse contexto, o uso dessas substâncias transcende a esfera do indivíduo, tornando-se uma expressão tangível da pressão cultural que exige desempenho máximo em todas as esferas da vida.

Com base na discussão acima, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica acerca do tema nele tratado.

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
